

MÍDIA E AUTORITARISMO NO BRASIL: sobre trajetos e marcas discursivas¹

Rachel de Melo Farias²
Fernando da Silva Cardoso³

RESUMO

É indiscutível que a mídia possui vasta influência na opinião popular. Assim sendo, o objetivo do presente trabalho é identificar as marcas discursivas deixadas pelo período ditatorial no discurso midiático acerca dos direitos humanos nos dias atuais. Os trajetos construídos nesta pesquisa apontam para notas sobre elementos fomentadores do período ditatorial, tal qual instabilidade política, econômica e social, encontram-se também presentes no discurso atual, sendo reproduzidos pelo sensacionalismo e partidarismo, negando o real sentido e significado da mídia na construção da justiça social.

PALAVRAS-CHAVE: Mídia; Ditadura Militar; Direitos Humanos

1. Apresentação

A mídia domina o poder de expor ‘verdades’, responsabilizando-se, assim, pela sintetização de informações veiculadas, modelando o pensamento popular. O paradigma central desse contexto é sobre como os meios de comunicação tem reproduzido concepções e perspectivas acerca do discurso dos direitos humanos, em suas mais variadas dimensões.

Assim, o presente trabalho, se propõe a fazer um recorte investigativo, explorando a relação entre a telecomunicação e a construção do imaginário sobre os direitos humanos, refletindo sobre como os posicionamentos midiáticos atuais remetem-se aqueles do período ditatorial.

¹ Trabalho apresentado no GT 5: Cidadania e sustentabilidade ambiental, social e cultural da XVIII Conferência Brasileira de Folkcomunicação.

² Graduanda em Direito – Centro Universitário do Vale do Ipojuca – UNIFAVIP/DeVry. Aluna pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas Interdisciplinares sobre Direitos Humanos (GEPIDH-Mércia Albuquerque/UNIFAVIP). E-mail: rachfarias@gmail.com

³ Doutorando em Direito – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Mestre em Direitos Humanos – Universidade Federal de Pernambuco. Coordenador do Grupo de Estudos Interdisciplinares sobre direitos humanos e da Iniciação Científica “Direitos humanos, violência e diversidade humana no período ditatorial, no Agreste de Pernambuco (1964-1985)”.

Tendo por base tal entendimento, busca-se problematizar a seguinte questão de pesquisa: **Quais as marcas discursivas deixadas pelo período ditatorial no discurso midiático acerca dos Direitos Humanos?** Para isso, discorrer-se-á sobre a história da mídia, perpassando o seu crescimento latente no período ditatorial, relacionando-a aos ideais coronelistas, bem como realizar-se-á uma comparação entre o discurso midiático reproduzido durante o período ditatorial com aquele dos dias atuais, em especial, aos encabeçados pela chamada mídia sensacionalista, responsável, em parte, pela banalização da discussão sobre os direitos humanos, desrespeitando a ética jornalística.

Assim, o presente trabalho voltar-se-á análise do discurso midiático acerca dos direitos humanos, pretendendo-se perceber a relação entre estas e aquelas apreendidas durante o civil-militarismo.

Neste sentido, o presente trabalho tem por objetivo identificar as marcas discursivas deixadas pelo período ditatorial no discurso midiático acerca dos direitos humanos. Em ordem de alcançar tal proposta utilizar-se-á dos seguintes objetivos específicos: Compor uma visão da mídia e seu poder; relacionar mídia e ditadura militar; realizar uma comparação entre o discurso midiático dos anos de chumbo e o veiculado na atualidade.

Esta pesquisa justifica-se enquanto elemento (des)construtor do discurso repressivo, facilitando a reconstrução da memória coletiva, pautando-se em uma análise humanitária. Outrossim, por sua análise comparativa, ressaltando elementos discursivos coercitivos utilizados pela mídia, ainda hoje, para difundir pensamentos opressores. Fazendo-se necessária a desconstrução desse discurso repetitivo, pautado em elementos sensacionalistas, cujo embasamento – quando existente – possui bases frágeis, construídas sob a égide do coronelismo e da repressão. A relação da mídia com a justiça de transição é tão crucial quanto problemática, povoada por situações de simbolismo e conflitos entre partes não exploradas e mal compreendidas, ao passo que a consciência dessa relação vem crescendo em ambas as áreas: Mídia e justiça de transição.

Em relação a metodologia, utilizou-se o método dialético na construção desse artigo, fundamentando-se no dinamismo imanente aos fenômenos linguísticos e sociais. Igualmente, se fará uma abordagem qualitativa, buscando-se aprofundar os aspectos conferidos a própria natureza do fenômeno pesquisado, não se utilizando de dados ou

critérios estáticos (MARCONI; LAKATOS, 2007). O tipo de pesquisa se dará através dos seguintes referenciais: em se tratando do objetivo, considera-se como exploratório, justificado por acomodar maior intimidade com a questão, em ordem de explicitá-lo; se dos procedimentos técnicos, bibliográfico e estudo de caso, mesclando produções à análise do próprio evento real. (GIL, 2008).

2. Fundamentação teórica

2.1. Mídia: sobre os trajetos de uma história de poder

A Revolução Industrial encabeçou mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais, iniciando tradições cujas égides repercutem-se ainda nos dias atuais. Neste sentido, se faz válida a reflexão acerca das transformações vividas pelo poder simbólico durante tal processo: Inicialmente, este encontrava-se concentrado nas mãos da Igreja Católica, dualizando-se com a ascensão do protestantismo no século XVI, outrossim, expandiu-se, igualmente, os sistemas de conhecimento, causando a dissociação do mesmo. A mídia, contudo, agregou aspectos do poder simbólico, reunindo-os através da mercantilização de formas simbólicas, mantedoras do mercado após a Revolução Industrial.

A monopolização do poder simbólico rendeu a mídia o papel de ‘quarto poder’, sendo este, e suas diferentes concepções explicadas por Albuquerque (2008), dividindo-os em *Fourth Estate* e *Fourth Branch*. No primeiro, a ideia encontra-se intrinsecamente relacionada a organização Feudal, onde os três primeiros poderes seriam representados pelo Clero, a Nobreza e os Comuns. Neste modelo, a mídia atuaria enquanto representante de uma quarta força, à saber, a sociedade, publicando temas antes restritos a determinada camada social.

O segundo modelo, *Fourth Branch*, propõe a ligação da mídia com os poderes executivos, à saber: executivo, legislativo e judiciário, colocando-se enquanto Poder Moderador, garantindo-lhe a publicitação de certos temas. Tal modelo, contudo, também pode se referir a uma terceira alternativa, onde ele seria neutro, denominado *pouvoir royal*.

O Brasil teve o poder moderador aplicado a sua Constituição de 1824, caracterizada pela posição privilegiado do imperador, recebendo o arbítrio de governar acima de facções políticas, encerrando-se em 1889 com a mudança de regime. Contudo, o país voltou a vivenciar uma equivalência do regime um século depois com a ascensão militar. Neste sentido, ressalta-se a ideia de que a mídia, tornando-se politicamente ativa, tem seu papel assemelhado ao do Poder Moderador.

A mídia, baseando-se no modelo proposto por Hallin e Mancini (2007), explica três formas distintas de atuação: modelo pluralista polarizado, modelo corporativista democrático e modelo liberal, baseados em quatro pontos: 1) nível de desenvolvimento dos mercados de mídia; 2) grau de paralelismo entre os sistemas midiáticos e políticos; 3) nível de profissionalismo no jornalismo; 4) nível e natureza de intervenção do Estado nos meios de comunicação. Onde o primeiro modelo é caracterizado por uma forte intervenção estatal, o último, opondo-se, representa a intervenção pública limitada; o segundo por sua vez diferencia-se por público de alto nível intelectual, permitindo clara identificação ideológica.

Albuquerque (2008), contudo, discute uma releitura de tais conceitos, centralizando-os na realidade brasileira, ressaltando a ausência de caracterização do sistema político, possuindo bases homogêneas, fundamentadas pelo modelo europeu. Neste sentido, o referido autor propõe um modelo surgido do cruzamento de duas variáveis: “a primeira diz respeito ao grau de estruturação do sistema partidário, tendo em vista o grau de influência que as clivagens partidárias exercem junto ao governo e à vida política como um todo; a segunda se refere ao grau de intervenção dos meios de comunicação nos assuntos políticos.” (ALBUQUERQUE, 2008, p. 12)

Constituindo-se em: sistema partidário fortemente estruturado, onde a mídia é politicamente ativa, correspondendo-se ao modelo pluralista polarizado, ou seja, a mídia, aqui, representa partidos políticos de maneira clara e definida; Sistema partidário fracamente estruturado, de mídia politicamente passiva, assemelhando-se ao modelo liberal, existindo, portanto, a ausência de compromissos políticos; e o Sistema partidário fracamente estruturado com mídia politicamente ativa, verificado em países de sistemas partidários fracos, em substituição desse papel, duas situações podem ser verificadas: Poder Executivo na figura de líderes carismáticos, como foi o caso do ex-presidente Lula e (ou) mídia como agente especializado.

Por óbvio, em ordem de alcançar uma visão mais precisa, faz-se necessária a contextualização, importa, porém, compreender que a mídia na atualidade atua enquanto controladora, modelando condutas e consciências (SODRÉ, 1994). Neste sentido, reflete-se: “a mídia, mesmo em nações integradas tecnologicamente ao final do segundo milênio, permanece um baluarte das elites. (SILVA, 2000, p. 19).

2.2. Ditadura civil-militar e Mídia no Brasil

Fato é que a construção do jornalismo no Brasil demonstra forte indicador da identidade política de seus jornalistas, demonstrando como este sempre esteve submetido ao poder político. Neste sentido, Sodré (1999) reflete, assertivamente, que a história da imprensa se confunde com a do próprio capitalismo, encontrando na pressão para a privatização os princípios de liberdade de imprensa.

O período ditatorial, enquanto parte da história da mídia, não se exclui desta contextualização, embora a imprensa livre sobrevivesse meramente na clandestinidade, Barbosa (2007, p. 103) afirma que nem todos sofreram com tal repressão: “ainda que aja encampação de alguns periódicos, perseguição de outros tantos, há mais proximidades, acordos e relações conjuntas entre os homens de governo e os homens de imprensa do que divergências.” Tal consenso mostra-se através da colocação de subsídio de papel e isenção de Imposto de Renda de alguns jornalistas, em contrapartida, os que se colocavam contrários ao regime, recebiam prejuízos pautados nas esferas econômicas, publicitária e até mesmo violência física.

Neste contexto, Dantas (2014) indica que a mídia durante o período que antecedeu o militarismo refletia a reação da classe dominante, recusando-se a aceitar o resultado das urnas, de onde Vargas havia saído vitorioso. Ele ainda explicita como o suicídio de Getúlio frustrou o golpe longamente arquitetado com o apoio da mídia, este que viria a ser efetivamente aplicado anos depois com a eleição de Juscelino Kubitschek e João Goulart.

A imprensa, embora transformada em um agente social reconhecido, não foi impedida de exercer seu papel político, nem em 1954 com sua atuação culminante no suicídio de Getúlio Vargas, nem em 1964 quando articulou a saída de João Goulart, resultando no golpe militar. Passando, assim, “ de um instrumento de esclarecimento, a

imprensa capitalista se transformou em instrumento de alienação, fugindo inteiramente aos seus fins originários” (SODRÉ, 1999, p. 408).

Ainda sob o contexto ditatorial, verifica-se que o apoio da mídia não foi o suficiente para impedir que, uma vez devidamente instalados, os militares se voltassem também contra a mesma, revelando a face repressora e absolutista do novo regime. Ainda assim, contudo, a mídia silenciava sobre as ameaças cada vez mais latentes no país, sendo a rara exceção encontrada no jornal Correio da Manhã, cuja redação veio a ser invadida no dia 13 de dezembro, mesma data em que foi sancionado o Ato Institucional nº5 (AI-5).

A mídia, durante esse período, embora constituída de ideais libertários, manteve-se omnia em muitos momentos, aja visto que sua própria sobrevivência se encontrava delimitada. Adotando-se uma postura regulada, onde apenas feitos econômicos ganhavam as “*headlines*” dos grandes jornais. Barbosa (2007), revela que a autocensura dar-se devido as vantagens recebidas ao alinhar-se ao poder executivo, furando, assim, o discurso de liberdade propagado pela mesma, ampliando, ainda mais, seu domínio simbólico.

3. Sensacionalismo e repressão: marcas de uma história de horror

Bourdieu (1997), em seu livro Sobre a Televisão, evidencia o papel da mídia enquanto monopolizadora de informações, para além disso, contudo, ele a coloca como uma empresa, possuindo a função de ‘entreter’ o público, maquiando os fatos, utilizando-se de elementos teatrais. Neste sentido, Barbosa (2007, p. 49-53) distingue tal característica nos jornais desta década, destacando a utilização da linguagem sensacionalista enquanto forma de espetáculo, onde se mescla elementos reais, aos ficcionais, “ficcional com a suposição de um real presumido”.

Com base em tal entendimento, explorar-se-á utilização da mídia enquanto elemento direcionador de um pensamento político, delineado pelo poder político dominante, explorando, então, as similaridades presentes nos jornais do período ditatorial e naqueles vinculados nos dias atuais.

Faz-se necessário, para tanto, uma reflexão acerca do cenário político antecedente ao golpe, elencando-se elementos midiáticos essenciais para o

direcionamento do pensamento popular, aja visto que estes embasariam o golpe. Neste sentido, destaca-se:

- 1) A mobilização da classe média através do renascimento de antigos fantasmas, tais quais o comunismo e a corrupção excessiva;
- 2) Disseminação do ódio, direcionando-o aos governantes, por meio da responsabilização do mesmo pela situação atual e da descrença acerca da mudança por vias eleitorais;
- 3) Agregação do Ministério Público e Judiciário em favor de um lado, culminando em denúncias, e consequentemente inquéritos, baseados em fatos não verídicos, ou de insuficiência probatória;
- 4) Especulações baseadas em fatos minoritários, cuja intenção permeia a formação da ideia de que o governo presente planeja um golpe.

Baseando-se nestes elementos, portanto, realizar-se-á comparação entre manchetes de ambos os períodos: ditatorial e atual.

No dia 2 de abril de 1964, o **Diário de Piracicaba**, de São Paulo, encabeçou a seguinte *headline*: “Cessadas as operações militares: A calma volta a reinar”, em seu corpo ele também trazia o seguinte texto: “Relação de deputados que poderão ser enquadrados: Comunistas ou ligações com o comunismo”. Percebe-se, então, a utilização das ameaças do comunismo enquanto fomentadoras da insegurança política, destacando-se, aqui, o trecho “relação de deputados que poderão ser enquadrados”. Neste sentido, nota-se, igualmente, a manipulação dos fatos em favor de um único lado, à saber: militares, visto que se enaltece a ação dos mesmos, incluindo-os enquanto heróis da nação, afinal, os mesmos estavam lutando, e salvando, a nação das ameaças comunistas. Destaca-se também as nuances do discurso de ódio que permeiam a forma como a notícia foi vinculada. Verificando-se, portanto, elementos direcionadores de um pensamento objetivo, contrariando os objetivos inicialmente dispostos pela mídia.

No dia 10 de março de 2010, a revista **Veja**, edição 2155, trazia a seguinte *headline*: “Caiu a casa do tesoureiro do PT”, junto ao seguinte texto: “O petista que vai cuidar da campanha de Dilma Rousseff é apontado em inquérito como pivô de um esquema que desviou dezenas de milhões de reais e abasteceu o caixa 2 da campanha de Lula em 2002”. Destaca-se, inicialmente, o jogo de palavras utilizados na intenção de direcionar o pensamento popular em uma única diferença, como aquele trazido pelo trecho: “Caiu a casa do tesoureiro do PT”, quando no corpo do texto revela-se que, em

verdade, o mesmo foi apontado em inquérito, ou seja, sequer houve denúncia contra o mesmo. Neste sentido, faz-se válido acrescentar que Inquéritos Policiais são fechados, ou seja, a informação sequer poderia estar sendo divulgada.

Outrossim, assim como o trecho trazido pelo **Diário de Piracicaba**, aponta elementos que instigam a insegurança política, libertando, nesse caso, a corrupção. Percebe-se, igualmente, o discurso embebido em palavras fortes, repletas de significação, despertando o ódio. Concluindo-se, então, que os elementos buscados se encontram presentes no trecho em análise.

No dia 2 de abril de 1964, o **Diário de Notícias**, do Rio de Janeiro, publicou a seguinte *headline*: “Marinha caça Goulart”, trazendo também o seguinte depoimento: “Ibrahim Sued informa: É o fim do comunismo no Brasil. ” Observa-se, uma vez mais, a presença do ‘fantasma’ chamado comunismo, fomentando, novamente, a insegurança política. Chama a atenção, ainda, a utilização da expressão ‘caça’, visto que ela sucinta a violência, fomentando, mais uma vez, o discurso de ódio, alimentado pela insegurança e anseios por mudanças. Aqui, assim como no trecho anterior, percebe-se a manipulação em torno de um único eixo, no caso os militares, visto que quando ele aponta a marinha enquanto ‘caçadora’ está automaticamente a elevando a posição de ‘heroína’, aquela que corroborou na ‘limpeza’ do país, livrando-o das mãos comunistas. Em última análise, conclui-se que os elementos estudados também se encontram presentes na notícia em análise.

No dia 27 de dezembro de 2016, o site **Terra**, veiculou a seguinte *headline*: “Brasil vive 2016 marcado por queda de Dilma, crise e avanços na Lava Jato”, incluindo o seguinte: “Sufocado pela crise econômica e pela corrupção, o Brasil um ano de convulsão política que não chegou ao fim com o impeachment de Dilma Rousseff e que também afeta o governo do novo presidente Michel Temer”. Repete-se, aqui, a utilização de elementos econômicos enquanto instigadores da má gestão política, assim como a vinculação da corrupção aos mesmos, disseminando a descrença, aumentando a insegurança. Portanto, aqui também foi encontrado os elementos propostos.

No dia 3 de abril de 1964, **O dia**, trouxe a seguinte notícia: “Fabulosa demonstração de repulsa ao comunismo”, incluindo também: “Jango asilado no Paraguai”, faz-se necessário para compreensão geral dizer que Jango se encontrava no Rio Grande do Sul no dia 2 e de lá iria para o Uruguai. Faz-se desnecessário voltar a salientar o monstro do comunismo, visto que este se encontra extremamente claro.

Destaca-se, portanto, a veneração ao ódio, a partir do trecho: “fabulosa demonstração de repulsa” (sic). Demonstrando-se, uma vez mais, marcas da construção midiática em torno desse sentimento de insegurança e revolta, faz-se válido também destacar a divulgação de fatos não verídicos enquanto construtores de uma ideia diretamente conectada as intenções midiáticas, visto que o presidente em questão iria viajar para o Uruguai, entretanto foi-se vinculada a informação de que ele se encontrava asilado no Paraguai. Concluindo-se, portanto, que os elementos buscados se encontram presentes no trecho em análise.

No dia 31 de agosto de 2016, o site **G1**, veiculou: “Senado aprova impeachment, Dilma perde mandato e Temer assumi”, incluindo também: “Presidente afastada perdeu mandato por 61 votos favoráveis e 20 contrários. Senadores rejeitaram pena de inabilitação da petista para funções públicas. ” A notícia em questão atém-se aos fatos, informando sobre a situação política, resguardando-se de expressões comemorativas, ou mesmo aquelas onde poderia ser identificada um posicionamento político gritante, de modo que os elementos em estudo não se encontram presentes no trecho em questão.

No dia 2 de abril de 1964, o jornal **Tribuna do Paraná**, exibiu a seguinte *headline*: “Rebelião em Minas”, e: “General Mourão Filho abre a revolta: ‘Jango tem planos ditatórias’”. Aqui alimenta-se primordialmente a ideia de que o presidente Jango possuía o projeto de dar um golpe, espalhando, ainda mais, o medo e a insegurança, elementos essenciais a construção do novo regime. Encontra-se igualmente presente a mobilização popular em torno de ideias sobre o comunismo, provavelmente provocadoras da rebelião. Assim, verifica-se, mais uma vez, a presença dos elementos em estudo.

No dia 26 de maio de 2016, o site **Estadão**, veiculou a seguinte notícia: “Não é o Brasil que está em crise, é o PT, ” trazendo também: “ A crise ou as crises são do PT – como governo, partido, lideranças e militantes -, que por sua posição estratégica na Presidência contaminou o País com seu relativismo moral, sua ideologia mal digerida, sua inexperiência arrogante, seu envolvimento na corrupção e sua incapacidade de se decidir entre um reformismo não assumido e uma mal resolvida e confusa noção de revolução”. Inicialmente, destaca-se o total direcionamento da manchete em torno de um único partido, utilizando-o enquanto responsável por todo um cenário economicamente instável, percebendo-se assim a aplicação da mobilização social através da comoção em torno deste cenário. “...sua posição estratégica na Presidência contaminou o País...”, o

trecho revela, mais uma vez, a total responsabilização nas mãos de um único partido, deixando clara seu envolvimento com a corrupção, como o próprio texto esclarece em seguida: “seu envolvimento na corrupção”.

Outrossim, “[...] mal resolvida e confusa noção de revolução”, revelando, mais uma vez, o envolvimento do partido com possíveis golpes, despertando o ódio e sentimento de inconformismo por parte da população como um todo, sendo tais sentimentos responsáveis pela agitação das massas em torno de algo inteiramente direcionado.

No dia 2 de abril de 1964, o jornal **Folha de S. Paulo**, divulgou: “Congresso declara presidência vaga: Mazzilli assume”, e também: “Papel picado comemorou a ‘renúncia’ de João Goulart”. Embora o jornal tenha sido um pouco mais neutro na veiculação, também apresenta elementos de aprovação acerca da queda do então ex presidente João Goulart. Portanto, verifica-se sinais não tão claros dos elementos propostos pelo presente artigo.

No dia 4 de abril de 2017, o site **El País**, divulgou: “TSE já inicia julgamento da chapa Dilma-Temer com expectativa de adiamento”, colocando ainda: “Se o presidente for cassado, haverá eleição indireta. Tendência é que algum ministro peça vista do processo”. O elemento mais gritante nesse trecho é o da agregação do judiciário, direcionando um pensamento de certeza a situações ainda não concretas, neste sentido, destaca-se que mais uma vez encontra-se elementos do estudo.

No dia 1º de abril de 1964, o jornal **Correio da Manhã**, do Rio de Janeiro, publicou: “Estados já em rebelião contra JG”, contendo também: “Fora”, pedido do editorial pela deposição de João Goulart. Os elementos tornam-se bastante visíveis a partir da publicidade da opinião do próprio editorial, clamando pela saída do referido presidente, embora não deixe claro os motivos do apoio, percebe-se, mais uma vez, elementos de ódio, incentivando a população a livrar-se daquela ‘ameaça’. Logo, conclui-se que o trecho apresenta elementos do objeto em estudo.

No dia 22 de novembro de 2016, o **Jornal do Brasil**, veiculou através do site **Terra**, o seguinte: “FT”: Julgamento de Lula é o clímax da Lava Jato”, trazendo também: “Reportagem diz que legado do líder mais popular do país será testado em tribunal”. A partir do “julgamento de Lula é o clímax da Lava Jato”, extrai-se que o ex-presidente seria um dos responsáveis por encabeçar o fato, pensamento que é reafirmado ao trazer “legado do líder mais popular do país será testado em tribunal”,

corroborando com o elemento da culpabilização do referido. Assim, conclui-se que este trecho também apresenta os elementos descritos.

No dia 2 de abril de 1964, o jornal **Diário da Região**, de São José do Rio Preto – SP, trouxe em suas páginas: “Exército domina a situação e conclama o povo brasileiro a manter-se em calma” (sic). Mais uma vez, coloca-se o exército enquanto herói do povo, os que livraram a população de um mau tremendo, chamando atenção para a utilização da palavra ‘dominar’, já que a mesma possuía uma carga bastante considerável de utilização da força para sucumbir a outra parte. Neste sentido, conclui-se que este trecho também revele elementos presentes em nossa pesquisa.

No dia 1º de setembro de 2016, o Jornal da Globo, através de sua página G1, divulgou: “Temer assume como presidente efetivo após decisão do impeachment”, e “Michel Temer assume como presidente efetivo após impeachment de Dilma. Ele já embarcou para a China para se encontrar com governantes do G20”. O jornal assume, novamente, caráter informativo, refutando-se de opinar sobre o assunto, ainda que o corpo do editorial revele: “Um novo presidente governa o Brasil diante de alguns dos maiores desafios da nossa história recente. Michel Temer assumiu no lugar da impichada Dilma Rousseff após um traumático período político, mas o que vem por aí é igualmente difícil”. Aqui, revelando elementos da insegurança política, e o anseio da ‘população’ por melhorias. Assim, compreende-se que o trecho possui, sim, características analisadas.

4. Considerações Finais

A mídia hoje mostra ocultando, a partir do pressuposto de que apenas o que é viável é transmitido, mesmo que não represente a veracidade dos fatos (BORDIEU, 1977).

Dito isto, compreende-se que ela se utiliza de sua influência enquanto elemento manipulador das massas, verificando-se que os mesmos se encontram presentes tanto no período que antecedeu a Ditadura Militar, como nos dias atuais, fazendo-se necessária a percepção de tais elementos, em vista de evitar falsas percepções entregues por uma pequena massa interessada em proclamar seus próprios interesses.

Ademais, faz-se válida a reflexão histórica de nosso país, visando construir uma memória ampla e bem embasada, evitando a repetição de erros passados.



**XVIII Conferência Brasileira de Folkcomunicação
Recife-PE, 02 a 05 de maio de 2017 – UFRPE/FACIPE**

Portanto, conclui-se que diversos elementos sensacionalistas se encontram presentes no discurso midiático atual, percebendo-se marcas manipulativas de viés partidário e direcionador, opondo-se, assim, a proposta da mídia, já que a mesma supostamente exporia o poder emanado pelo povo.

A relação da mídia com o partidarismo político, contudo, não é um elemento novo, antevendo até mesmo o período ditatorial, sendo a criticidade a respeito de seus posicionamentos essencial para o desenvolvimento popular.

Neste sentido, mostra-se válido relembrar o poder midiático enquanto elemento construtor da memória e da verdade e garantidor do processo de justiça reparadora, ainda que, no Brasil, tal poder tenha sido renegado, a conscientização desse fato é primordial para a modificação do mesmo.

“Eu vejo o futuro repetir o passado, eu vejo um museu de grandes novidades”.
Cazuza.



REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, A. **A mídia como “Poder Moderador”**: uma perspectiva comparada. Anais do XVII Encontro da Compós. São Paulo, 3-6 jun. 2008.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil 1900-2000. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

BENITES, Afonso. **TSE já inicia julgamento da chapa Dilma-Temer com expectativa de adiamento**. El País. 2017.

DANTAS, Audálio. **A mídia e o golpe militar**. Estud. av. vol.28 no.80 São Paulo Jan./Apr. 2014.

FERRAZ, Francisco. **Não é o Brasil que está em crise é o PT**. O Estadão. 2016.
HALLIN, D.; MANCINI, P. Un estudio comparado de los medios en América Latina. In: DIAZ NOSTY, B. (Ed.). **Medios de Comunicación. El escenario iberoamericano**. Madrid: Ariel, 2007. (Colección Fundación Telefónica). p. 91-93.

GARCIA, Gustavo; CALGARO, Fernanda; MATOSO, Filipe; LIS, Laís; RODRIGUES, Mateus. **Senado aprova impeachment, Dilma perde mandato e Temer assume**. 2016.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SILVA, J. M. **A miséria do jornalismo brasileiro**: as (in)certezas da mídia. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SODRÉ, M. **A máquina de Narciso**: televisão, indivíduo e poder no Brasil. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1994.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1999.